

Congresso tem 16 trilhões para manobrar

BRASÍLIA — O Congresso Nacional começa hoje mesmo, através da Comissão Mista, a analisar o Orçamento da União para 1992. A margem de manobra dos membros da comissão é bastante grande, algo em torno de Cr\$ 16 trilhões (a preços de abril). Tirando os gastos com pessoal e custeio, serviço da dívida e transferências constitucionais, que representam as despesas vinculadas, o Congresso poderá alterar todo o resto, desde que respeite a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, o dinheiro destinado a um segmento não pode ser transferido para outro.

O Presidente do Senado, Mauro Benevides, ao receber ontem a proposta do Orçamento, prometeu que o Congresso vai analisar a matéria antes do término do período legislativo em 15 de dezembro. Para isto, segundo ele, o número de membros da Comissão de Orçamento foi ampliado para 120 parlamentares. Benevides prometeu ainda que a proposta será amplamente debatida no plenário do Congresso, que deverá encontrar um índice que atualize os preços do Orçamento, com base na expectativa da inflação de 1992.

De acordo com o Secretário

Nacional de Planejamento, Pedro Parente, pode ser que o índice eleito não esteja dentro das expectativas do Governo, mas será respeitado.

O Governo espera chegar ao final do ano com uma economia de 40% dos recursos ordinários, ou seja, recursos não vinculados que estavam no orçamento de 1991 mas não foram gastos. Para 1992 está restrita a capacidade financeira do Estado no atendimento de despesas ordinárias com manutenção, custeio administrativo e investimentos. Para isso o Governo trabalha no encaminhamento de proposta de ajuste estrutural do Estado, contidas no Projetão, como a revisão das vinculações constitucionais das receitas públicas. As transferências da arrecadação do IPI e Imposto de Renda para Estados e Municípios que em 1970 era de 12%, subiu para 20% em 1980 e agora já passa de 50%.

A receita orçamentária disponível, que em 1983 chegou a 77,1%, em 1992 não chega a 20%. Contudo, as despesas vinculadas que naquele mesmo ano restringiam-se a 4,9%, no próximo orçamento serão de 66,5%.